



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10880.972333/2010-16  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 3401-009.263 – 3ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 24 de junho de 2021  
**Recorrente** ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 01/10/2006 a 31/12/2006

**Decisão. Cerceamento de Defesa. Nulidade.**

Por ofensa ao direito de ampla defesa e ao contraditório, é nula a decisão proferida sem exame de tópico relevante arguido no recurso,.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para declarar a nulidade da decisão de 1º grau.

(documento assinado digitalmente)

Ronaldo Souza Dias - Relator e Presidente Substituto

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Luís Felipe de Barros Reche, Oswaldo Goncalves de Castro Neto, Leonardo Ogassawara de Araújo Branco, Fernanda Vieira Kotzias, Gustavo Garcia Dias dos Santos e Ronaldo Souza Dias (Presidente).

## **Relatório**

Trata-se de **Recurso Voluntário** (fls. 616 e ss) interposto contra decisão contida no Acórdão nº **14-58.725 - 2ª Turma da DRJ/RPO**, de 27/05/15 (fls. 608 e ss), que considerou improcedente a Manifestação de Inconformidade (fls. 209 e ss) interposta contra Despacho Decisório (fls. 204 e ss), que homologou parcialmente compensação declarada em PER/DCOMP.

### **I - Do Despacho Decisório e da Manifestação de Inconformidade**

O Relatório da decisão de 1º grau resume bem o contencioso até então:

Trata o presente de manifestação de inconformidade contra Despacho Decisório que homologou parcialmente as compensações declaradas, em razão da glosa dos créditos

advindos de compras que não efetuadas pela fiscalizada, ou seja empresa com outro CNPJ, não tendo sido providenciado as devidas cartas de correção.

Basicamente, a manifestante alega que demonstrou, à exaustão, que o equívoco decorreu de operação em que a Alstom Brasil Ltda. (antiga denominação da Alstom Hydro Energia Brasil Ltda.), detentora do CNPJ/MF n.º 44.682.318/0001-75, sofreu cisão parcial, mediante transferência de parte de seus ativos e passivos a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda., ora Requerente, conforme se verifica na 20ª Alteração de seu Contrato Social.

Afirma que uma simples diligência comprovaria que as aquisições se destinavam ao presente estabelecimento e que foram utilizados na industrialização, disto decorrendo seu direito creditório, independentemente do descumprimento de obrigação acessória, direito este garantido pelo princípio constitucional da não-cumulatividade e pelo princípio da verdade material. Ademais, já pediu junto ao(s) fornecedor(es) as indigitadas cartas de correção, o que afastaria qualquer responsabilidade de sua parte;

Também alega que houve indevida reclassificação de créditos, os quais reduziriam o saldo credor, encerrando com o requerimento de que sua manifestação seja totalmente acolhida.

## II – Da Decisão de Primeira Instância

O Acórdão de 1º grau julgou improcedente a Impugnação, argumentando, em resumo, que:

(...)

Sendo os atos e termos lavrados por pessoa competente, dentro da estrita legalidade, e garantido o mais absoluto direito de defesa, não há que se cogitar de nulidade do despacho eletrônico.

(...)

Constatado que o Despacho Decisório foi cientificado à interessada antes do prazo previsto na citada lei, não há que se falar em homologação por decurso de prazo.

Quanto à alegada decadência do direito do Fisco de revisar o crédito pleiteado, a requerente parece confundir a apreciação de direito creditório vinculado a compensação de débitos com o lançamento de tributo pela Administração Tributária.

(...)

Portanto, não há que se falar em decadência contra a Administração Tributária, pois o CTN, art. 150, § 4º, se refere ao prazo para a constituição do crédito tributário mediante lançamento de ofício e o que houve de fato foi a revisão de um direito creditório solicitado pela contribuinte.

Logo, tanto a revisão do direito creditório pleiteado como a não homologação das compensações correspondentes **não foram atingidas por nenhum prazo decadencial.**

Por outro lado, cabe esclarecer que os débitos não-homologados e que agora são exigidos não estão sendo constituídos pelo presente Despacho Decisório.

(...)

No mérito, cabe observar que os princípios da não-cumulatividade e da verdade material não reinam sem qualquer ressalva, particularmente no caso da compensação que só pode ser homologada nos termos do art. 170 do CTN, qual seja:

(...)

Pois bem, tanto pelas regras geralmente aceitas na contabilidade, como pela legislação fiscal, a comprovação de um direito creditório se inicia, exatamente, pela documentação hábil e idônea que deve respaldar a escrituração do interessado.

Veja-se que a manifestante não nega que as notas fiscais de aquisição estavam destinadas a outro CNPJ que não o seu, porém o simples fato de ter pedido ao(s)

fornecedor(es) as respectivas cartas de correção não basta para sanar tal falha, pois, pedir não significa obter e, aliás, tampouco resolveria a questão.

Segundo a orientação do Parecer Normativo CST nº 242/72 (D.O.U. de 16 de março de 1973), são consideradas insanáveis aquelas irregularidades ocorridas na emissão da nota fiscal, que se enquadrem nas disposições do art. 353 do RIPI (Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002), o qual corresponde ao art. 138 do RIPI/72, na época do Parecer. O citado art. 353 dispõe *verbis*:

(...)

As irregularidades apontadas no dispositivo acima não podem ser regularizadas por meio de carta corretiva ou mesmo por outra nota complementar. Tendo em vista que será reputada sem valor, para efeitos fiscais, a nota fiscal que contenha tais incorreções, o produto será desacompanhado de nota fiscal, sujeitando-se às sanções aplicáveis à espécie.

De acordo, ainda, com o citado Parecer Normativo CST nº 242/72, os demais casos de irregularidades não previstas no art. 353 acima citado, desde que as incorreções não sejam absurdas, nem possibilitem lesão ao Fisco, é de se admitir a convalidação da nota fiscal. Assim, eventuais erros ou omissões no preenchimento de nota fiscal, com exceção daqueles elementos declinados no art. 353 do RIPI, podem ser sanados por meio de apresentação de carta corretiva.

É importante destacar que a nota fiscal obedece aos modelos estabelecidos em convênio com as unidades da Federação, tendo nos Ajustes Sinief as normas que regem a sua formalização. Nesse sentido, reproduzimos a cláusula primeira do Ajuste Sinief nº 01, de 30 de março de 2007, que altera o Convênio S/N, que institui o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais, cujo teor estabelece as hipóteses para as quais é permitida a utilização de carta de correção para erros nos documentos fiscais.

(...)

Diante da legislação acima exposta, é de se concluir que, entre os campos da nota fiscal, não se poderá alterar por meio de carta de correção a irregularidade apresentada nos dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário.

Convém também registrar que a “Carta de Correção” era considerada um Documento não fiscal, impresso em formulário adquirido em papelarias, que não tinha amparo na legislação tributária então vigente, mas que era usual no comércio e informalmente admitido pelo Fisco para correção de atos secundários de notas fiscais que não têm relevância como documento fiscal. Assim, a “Carta de Correção” é utilizada para a retificação de erros que não alterem informações essenciais da Nota fiscal, para correção de irregularidades formais, tais como: endereço e número de inscrição do destinatário.

Com a edição do Ajuste SINIEF nº 1/2007 (D.O.U. de 04.04.07), a utilização da Carta de Correção ficou regulamentada e passou a existir como documento fiscal, mas conforme as regras estabelecidas no referido Ajuste, conforme a seguir transcrito:

(...)

Como se vê, a correção de dados cadastrais que implique na mudança do destinatário não era aceita anteriormente porque não se tratava de erro secundário e, nem agora, após a regulamentação da Carta de Correção pelo Ajuste SINIEF nº 1/2007, posto que está expressamente vedada a utilização deste documento para fins de correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário.

No caso, a retificação pretendida pelas Cartas de Correção, ainda não apresentadas, visariam justamente a retificação dos dados cadastrais que implicam mudança do destinatário, o que, como já se frisou, não era e não é aceito/permitido, ainda mais agora após a regulamentação pelo ajuste SINIEF nº 01/2007.

Quanto a reclassificação de créditos, percebe-se que a glosa de R\$98.011,69 apurada e demonstrada pela fiscalização, ao ser processada pelo SCC eletronicamente, distribuiu-se em glosa e reclassificação de créditos, contudo isso em nada alterou o Despacho Decisório que reduziu o direito creditório exatamente nesse valor, nem a discussão da causa desta redução (objeto da presente lide), ou seja, créditos advindos de compras que não efetuadas pela fiscalizada, mas de empresa com outro CNPJ, matéria esta que foi devidamente contestada pela interessada e aqui apreciada, portanto, não caracterizando cerceamento à defesa.

(...)

### **III – Do Recurso Voluntário**

No Recurso Voluntário, a recorrente recuperou parte substancial de sua argumentação contida na Impugnação. Em síntese, os principais pontos suscitados são os seguintes:

- 1 – DA NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO, pontos suscitados na MI não apreciados.
  - 2 - DA NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO, inovação de critério no julgamento.
  - 3 - DA NULIDADE DO PROCEDIMENTO, necessidade de AI para glosar crédito.
  - 4 - DA DECADÊNCIA
  - 5 – DA LEGITIMIDADE DOS CRÉDITOS
  - 6 – DA ANÁLISE DA CISÃO na PJ
  - 7 – DA VERDADE MATERIAL
- DO PEDIDO
- I – pede a nulidade;
  - II – pede provimento integral para homologar as compensações efetuadas.

### **Voto**

Conselheiro Ronaldo Souza Dias, Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os demais requisitos de admissibilidade; assim, dele conheço.

### I – Preliminar de Nulidade

A Recorrente, inicialmente, alega nulidade argumentando ausência, no acórdão recorrido, de análise de pontos suscitados na manifestação de inconformidade, apontou, no Recurso Voluntário, que a Autoridade Julgadora :

Desconsiderou, nesse contexto, **a existência da cisão parcial Alstom Brasil Ltda.** (antiga denominação da Alstom Hydro Energia Brasil Ltda.) detentora do CNPJ/MF nº 44.682.318/0001-75, que implicou a transferência, à ora Recorrente, das atividades relacionadas aos setores *Transport, Power Service, não-Hydro do Power Turbo System/Power Environment e Turbo*, exatamente o contexto da aquisição dos créditos de IPI glosados pela fiscalização.

E, considerando que **as aquisições se reportam a momentos posteriores ao referido ato de cisão**, não poderia a r. decisão recorrida, unicamente apoiada na impossibilidade de retificação do CNPJ via cartas de correção, ratificar a impossibilidade de utilização dos créditos de IPI apropriados sobre a aquisição de insumos pela sistemática não-cumulativa da exação.

Por outro lado, na Manifestação de Inconformidade (fl. 209 e ss), a contribuinte havia apontado que:

De qualquer modo, conforme restará evidenciado na presente defesa, a d. Autoridade Fiscal não poderia simplesmente desconsiderar todo o suporte documental que lhe foi apresentado, notadamente **a demonstração do ato de cisão ocorrido na pessoa jurídica Alstom Brasil Ltda. (antiga denominação da Alstom Hydro Energia Brasil Ltda.), detentora do CNPJ/MF no 44.682.318/0001-75, para promover a glosa de parte do crédito da ora Requerente.**

Isso porque, uma vez demonstrado o ato de cisão acima, por meio do qual parte das atividades até então desenvolvidas pela Alstom Brasil Ltda. (CNPJ/MF no 44.682.318/0001-75) foram transferidas à ora Requerente, **não restam dúvidas de que as aquisições cujas glosas foram realizadas pela fiscalização correspondem justamente a essa exata parcela vertida.**

Ou seja: **tratavam-se de aquisições que EFETIVAMENTE eram destinadas ao estabelecimento da Requerente que registrou os respectivos créditos**, mas que, por um mero erro formal decorrente da desatualização de seus dados cadastrais junto a fornecedores, foram suportadas por documentos fiscais que ainda mencionavam o antigo CNPJ do estabelecimento, vigente antes da cisão.

Com efeito, **são justamente as aquisições de insumos empregados nas atividades transferidas à Requerente, em decorrência da cisão ocorrida em 01/05/2006, que constituem objeto das glosas** perpetradas pela fiscalização, o que não pode ser admitido nem mesmo diante do equívoco, meramente formal, na indicação do CNPJ da pessoa jurídica cindenda, qual seja, a Alstom Brasil Ltda. (CNPJ/MF no 44.682.318/0001-75).

Entende-se que a razão apontada – cisão anterior, em tese, às operações geradoras do crédito discutido – é relevante, para o efeito de apuração do crédito pleiteado em Per/Dcomp, em razão do disposto no art. 229, §1º, da Lei nº 6.404/76:

Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no artigo 233, **a sociedade que absorver parcela do patrimônio da companhia cindida sucede a esta nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão**; no caso de cisão com extinção, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida sucederão a esta, na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nos direitos e obrigações não relacionados.

De fato, examinando-se a decisão *a quo*, verifica-se que o argumento da Inconformada fulcrado na questão da cisão não fora apreciado – *embora mencionado no relatório* - , o que implica cerceamento de defesa nos termos do art. 59 do Decreto nº 70.235/72 (PAF), art. 59, *verbis*:

Art. 59. **São nulos:**

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e **decisões proferidos** por autoridade incompetente ou **com preterição do direito de defesa**.

(...)

Assim, acolhe-se a preliminar de nulidade, restando prejudicadas as demais questões.

**Do exposto, VOTO** por dar provimento parcial ao recurso, para declarar a nulidade da decisão de 1º grau.

(documento assinado digitalmente)

Ronaldo Souza Dias